



Fontes Bibliográficas.

- www.tcu.gov.br
- www.planalto.gov.br
- www.planejamento.gov.br
- <https://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=175:29>
- www.cespe.unb.br

Conteúdo Programático.

- Legislação e Conceitos Básicos.
- Princípios aplicáveis.
- Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI (Decreto 7.579, SISP).
- Planejamento da contratação / Fase Preparatória.
- Seleção do fornecedor / Fase Externa.
- Gerenciamento do Contrato / Fiscalização.
- Registro e notificação de irregularidades.
- Penalidades e sanções administrativas.

Legislação e Conceitos Básicos .

Ato Administrativo:

- É toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, ainda nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria. [Hely Lopes Meireles].*
- A declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário. [Maria Sylvia Di Pietro].*

Legislação e Conceitos Básicos

(MPU – Analista - 2010)

[113] Todo procedimento licitatório será sempre um ato administrativo formal, independentemente da esfera da administração pública em que seja realizado.

Legislação e Conceitos Básicos

- Lei 8.666 de 1993 – Lei de licitações de contratos.
- Regulamenta o inciso XXI do Art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Lei 8.666 – Tópicos relacionados

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais (o que é isso?), as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

Legislação e Conceitos Básicos.

(MPU – Analista - 2010)

[56] Os órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios estão subordinados ao regime dessa lei.

Legislação e Conceitos Básicos.

Modalidade X Tipo.

As modalidades de licitação se restringem a (Art. 22):

Concorrência.

Tomada de preços.

Convite.

Concurso.

Leilão.

Permanentemente proibida a criação de qualquer outra nova modalidade ou combinação das acima citadas.

ConTopre ConConLe.

Legislação e Conceitos Básicos.

Art. 23 (...), II (...),

2º Na execução de obras e serviços e nas compras de bens, parceladas nos termos do parágrafo anterior, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, há de corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação.

Legislação e Conceitos Básicos.

Algumas observações referentes às modalidades de contratação. (Art. 23)

A Concorrência é cabível em qualquer valor de Objeto inclusive nas licitações internacionais (§ 3º).

Quando puder usar Convite, também poderá usar Tomada de Preços e em qualquer caso Concorrência (§ 4º).

Não se deve utilizar Convite ou Tomada de Preços para parcelas de uma mesma obra ou serviço (§ 5º).

Legislação e Conceitos Básicos

(TRT 21ª- Contabilidade - 2010)

Acerca dos princípios e das modalidades de licitação, julgue os itens a seguir.

[102] É vedada a combinação das modalidades de licitação previstas em lei, mas, nos casos em que couber convite, a administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.

Legislação e Conceitos Básicos

(Banco de Amazônia – Governança de TI – 2010)

Considerando a contratação, por organização pública, de serviço de TI, julgue os itens, com base no que dispõem a Lei n.º 8.666/1993, a legislação complementar e a jurisprudência do TCU, combinada com a IN n.º 4/2008 do MPOG.

[107] A contratação do serviço de TI deve ser efetuada, prioritariamente, por meio de uma única modalidade de licitação, não sendo permitida combinação de modalidades.

Lei 8.666 – Modalidades, limites e dispensas. (Capítulo II, Seção II).

- Os tipos de licitação se restringem a: (Art. 45)
 - Menor preço.
 - Melhor técnica.
 - Técnica e preço. E
 - Maior lance ou oferta.

Legislação e Conceitos Básicos

(TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011)

Acerca da fiscalização das contratações de TI para o setor público, julgue os itens de 187 a 192 à luz da Lei n.º 8.666/1993.

[192] O objetivo da lei em questão, ao considerar obrigatório o emprego de licitação do tipo técnica e preço para a aquisição de bens e serviços de informática — com as exceções previstas em decreto do Poder Executivo — é garantir a qualidade dessas contratações, independentemente da origem do fornecedor.

Legislação e Conceitos Básicos

- Lei 10.520 de 2002 – Lei dos pregões.
 - Institui a modalidade de pregão no âmbito da administração pública (União, Estados, DF e Municípios). Pregão sim, aplicável a aquisição de bens e serviços comuns.
- Lei 8.248, Art. 3º, § 3º
 - A aquisição de bens e serviços de informática e automação, considerados como bens e serviços comuns nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei 10520, poderá ser realizada na modalidade pregão, restrita às empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico nos termos da Lei 8.387.

Legislação e Conceitos Básicos

- Decreto 7174 de 2010.
 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

Legislação e Conceitos Básicos

- Decreto 7174 de 2010.
 - Art. 9º Para a contratação de bens e serviços de informática e automação, deverão ser adotados os tipos de licitação “menor preço” ou “técnica e preço”, conforme disciplinado neste Decreto, ressalvadas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade previstas na legislação.
 - § 1º A licitação do tipo menor preço será exclusiva para a aquisição de bens e serviços de informática e automação considerados comuns, na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002, e deverá ser realizada na modalidade de pregão, preferencialmente na forma eletrônica, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

Legislação e Conceitos Básicos

(Banco de Amazônia – Governança de TI – 2010)

[109] Para a licitação do serviço de TI a ser contratado, podem-se adotar as opções de menor preço, melhor técnica e técnica e preço, sendo a terceira opção a menos recomendada para serviços de TI.

Legislação e Conceitos Básicos

Decreto 5450 de 2005.

- Regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bem e serviços comuns, e dá outras providências.
- Art. 4º *Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.*

Legislação e Conceitos Básicos

Decreto 3555 de 2010.

- Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.
- Art. 3º *Os contratos celebrados pela União, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.(...)*
- § 2º *Considera-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.*

Legislação e Conceitos Básicos

(ABIN – Oficial Técnico de Inteligência – Rede de Dados – 2010)

[108] A contratação de bens e serviços de TI, desde que possuam padrões de desempenho e de qualidade objetivamente definidos pelo edital para esta finalidade, com base em especificações usuais encontradas no mercado, deve ser obrigatoriamente realizada pela modalidade técnica e preço.

Legislação e Conceitos Básicos - Lei 10.520

Processo:

- Convocação dos interessados (aviso na Imprensa Oficial). deverá ter o objeto, indicação do local, dias e horários em que os interessados poderão ter acesso ao edital completo.
- Apresentação das propostas deverá ocorrer em até 8 (oito) dias após
- Edital a publicação do aviso.

Legislação e Conceitos Básicos

(USN – ES – Informática e Gestão da Informação – 2010)

Acerca de normas específicas aplicáveis à contratação de bens e serviços de TI, julgue os itens a seguir.

[120] Segundo a Lei n.º 10.520/2002 e sua interpretação no âmbito específico da contratação de bens e serviços de TI, a compra por meio de pregão pode ser dividida nas fases preparatória e externa. Durante a fase externa é possível a publicação de avisos por meios eletrônicos e em jornal de grande circulação, sendo o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir do início da fase preparatória, não inferior a dez dias úteis.

Legislação e Conceitos Básicos. 8666 (Capítulo II, Seção II).

- 🔗 Prazos para publicação dos avisos contendo o resumo dos editais.

45 dias	Concurso. Concorrência – empreitada integral. (Melhor técnica ou técnica e preço).
30 dias	Concorrência (casos não especificados anteriormente). Tomada de preços – melhor técnica e técnica e preço.

Legislação e Conceitos Básicos. 8666 (Capítulo II, Seção I).

- 🔗 Prazos para publicação dos avisos contendo o resumo dos editais.

15 dias	Tomada de preços (casos não especificados anteriormente). Leilão.
5 dias (úteis)	Convite.

Estes prazos deverão ser contados a partir da última publicação do edital resumido, ou da expedição do convite, ou da disponibilidade do edital ou do convite.

Legislação e Conceitos Básicos

(Banco de Amazônia – Governança de TI – 2010)

Considerando a contratação, por organização pública, de serviço de TI, julgue os itens, com base no que dispõem a Lei n.º 8.666/1993, a legislação complementar e a jurisprudência do TCU, combinada com a IN n.º 4/2008 do MPOG.

[111] Se o valor estimado para a contratação do serviço de TI for igual a R\$ 250.000,00, não poderá ser adotada a modalidade convite.

[112] Se o valor estimado para a contratação do serviço de TI for igual a R\$ 50.000,00, não poderá ser adotado o pregão eletrônico.

Legislação e Conceitos Básicos

(Banco de Amazônia – Governança de TI – 2010)

70.[118] Caso a organização decida realizar a licitação do serviço de TI por meio de pregão eletrônico e que no âmbito do serviço seja necessário o desenvolvimento de software específico para a automação do mesmo, não é recomendada, como critério de julgamento da proposta mais vantajosa, a licitação por menor preço.

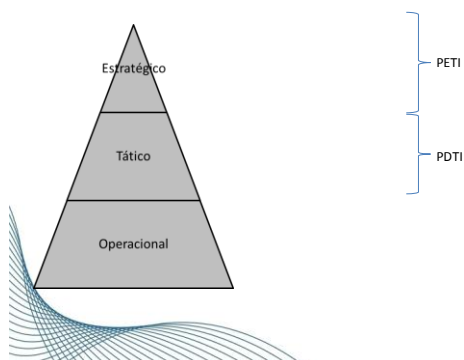
Legislação e Conceitos Básicos.

- 🔗 O PETI, situado no nível estratégico, é um documento que complementa o Planejamento Estratégico Institucional, por meio do planejamento de sistemas de informação, conhecimentos e informática, possibilitando a definição de objetivos específicos para a área de TI. Ele estabelece as diretrizes e as metas que orientam a construção do Pla

Legislação e Conceitos Básicos.

- 🔗 “Já no nível tático, o instrumento mais comumente usado para representar o planejamento de TI é o Plano Diretor de Tecnologia de Informação – PDTI, foco desse guia. O PDTI demonstra de forma tática como uma organização, no que se refere à Tecnologia da Informação, pode realizar a transição de uma situação atual para uma situação futura, a partir da definição de um plano de metas e ações. A IN 04/2010 em seu art. 2º, inciso XXII, define o PDTI, como um “instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período”. (MPOG/SLTI, 2012).

Legislação e Conceitos Básicos.



Legislação e Conceitos Básicos.

(MPU – Analista de Informática – Suporte Técnico - 2010)

Julgue os próximos itens, segundo a Instrução Normativa n.º 4/2008, do MPOG, que dispõe acerca do processo de contratação de serviços de tecnologia da informação (TI) pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

[93] O plano diretor de tecnologia da informação (PDTI) é um instrumento de diagnóstico e gestão dos recursos e processos de TI, que, sem considerar aspectos de planejamento, visa a atender às necessidades de informação de um órgão ou entidade para determinado período.

Legislação e Conceitos Básicos - Fases das contratações de serviços de TI.

IN-04/2010.

“Art. 8º As contratações de Soluções de Tecnologia da Informação deverão seguir três fases:

- I - Planejamento da Contratação;
- II - Seleção do Fornecedor; e
- III - Gerenciamento do Contrato.”

Legislação e Conceitos Básicos

(ABIN – Oficial Técnico de Inteligência – Rede de Dados – 2010)

[107] A norma estabelece três fases para o processo de contratação: planejamento da contratação, seleção do fornecedor e avaliação do serviço. No caso da seleção do fornecedor, todos os procedimentos são direcionados para a legislação vigente, principalmente a Lei nº 8.666/1993 e itens específicos da norma. Nesse sentido, é correto concluir que a norma interfere nesses quesitos.

Legislação e Conceitos Básicos

(Banco de Amazônia – Governança de TI – 2010)

[108] O processo de licitação do serviço de TI pode ser organizado em três fases: iniciação, elaboração e encerramento, devendo a elaboração do projeto básico ser efetuada na primeira fase.

Legislação e Conceitos Básicos

Referência aos exercícios da lista em ordem crescente.

17, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 43, 44, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 70.

Princípios aplicáveis.

- ⚙ LIMPE?
- ⚙ Sigilo das Propostas.
- ⚙ Julgamento objetivo.
- ⚙ Adjudicação compulsória.
- ⚙ Formalismo.
- ⚙ Motivação.
- ⚙ Probidade Administrativa.
- ⚙ Vinculação ao Instrumento Convocatório.
- ⚙ Igualdade.
- ⚙ LIMPE Si Julgar ou Achar Formal, Motivado, Probo, Vinculado e Igual.

Princípios aplicáveis.

(MPU – Analista - 2010)

[117] Os princípios básicos a serem observados no processamento e julgamento de licitações incluem: a moralidade, a igualdade, a publicidade, a legalidade, a impessoalidade, a probidade administrativa, a vinculação ao instrumento convocatório e o julgamento objetivo.

Princípios aplicáveis.

- ⚙ Legalidade: é permitido à Administração Pública aquilo que estiver definido na Lei e somente o que estiver definido.
- ⚙ Impessoalidade: a administração deve manter-se numa posição de neutralidade em relação aos administrados, ficando proibida de estabelecer discriminações gratuitas. Só pode fazer discriminações que se justifiquem em razão do interesse coletivo, pois as gratuitas caracterizam abuso de poder e desvio de finalidade, que irão caracterizar a ilegalidade. Os atos do administrador deverão objetivar o interesse público.

Princípios aplicáveis.

- ⚙ Eficiência: eficaz se atendeu ao que deveria ter sido feito. Eficiente se atendeu de forma eficaz e ainda com a menor utilização de recursos.
- ⚙ Julgamento objetivo: feito de forma objetiva, levando-se em consideração o edital publicado e sem contrariarem qualquer norma ou princípio estabelecido em Lei.
- ⚙ Vinculação ao Instrumento Convocatório: toda a Licitação deverá ser regida pelo seu respectivo instrumento convocatório.

Princípios aplicáveis.

(TRT 21ª- Contabilidade - 2010)

Acerca dos princípios e das modalidades de licitação, julgue os itens a seguir.

[103] Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tanto a administração quanto os licitantes estão subordinados às regras do edital ou da carta-convite, razão pela qual a lei veda, em caráter absoluto, modificação no instrumento convocatório.

Princípios aplicáveis.

(ABIN – Oficial Técnico de Inteligência – Rede de Dados – 2010)

Com referência à contratação de bens e serviços de TI no âmbito da administração pública, julgue os itens de 101 a 105

[104] A contratação mensurada por resultados, definida como "principal fundamento" constitui princípio constitucional da eficiência, pois o pagamento pelo resultado incentiva o contratado a alcançar os padrões desejados de qualidade do produto ou serviço fornecido e dirige a atenção da administração para o controle da eficácia da contratação.

Princípios aplicáveis.

Referência aos exercícios da lista em ordem crescente.

26, 28, 40.

Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

IN 04:

- ❏ *“Art. 5º Não poderão ser objeto de contratação:*
- ❏ *I - mais de uma Solução de Tecnologia da Informação em um único contrato; e*
- ❏ *II - gestão de processos de Tecnologia da Informação, incluindo gestão de segurança da informação.*
- ❏ *Parágrafo único. “O suporte técnico aos processos de planejamento e avaliação da qualidade das Soluções de Tecnologia da Informação poderá ser objeto de contratação, desde que sob supervisão exclusiva de servidores do órgão ou entidade.”*

Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

(ANP – Analista Administrativo – Área 5 – 2013)

Acerca da IN MPOG/SLTI 02/2008 e da IN MPOG/SLTI 04/2010, julgue os itens que se seguem

[102] De acordo com a IN MPOG/SLTI 04/2010, uma entidade da administração pública que já tenha os processos de segurança da informação definidos pode contratar prestação de serviços para a gestão dos processos de segurança da informação.

Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

(MPU – Analista de Informática – Suporte Técnico - 2010)

[94] A gestão de processos de TI, incluindo a gestão de segurança da informação, não pode ser objeto de contratação.

Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

(Banco de Amazônia – Governança de TI – 2010)

[115] Se determinado órgão tem, em curso, apenas um contrato de serviço de TI, o qual já seja atendido por uma empresa vencedora de licitação anterior, não é permitido que o vencedor de licitação em curso seja a referida empresa, visto que os serviços de TI contratados por órgão público não podem ser todos prestados por um único fornecedor.

Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

Decreto-lei 200/1967.

- ❏ *“Art. 6º As atividades da Administração Federal obedecerão aos seguintes princípios fundamentais:*
- ❏ *I – Planejamento...*
- ❏ *Art. 10...*
- ❏ *§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de Planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.”*

Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

IN-04/2010.

- “Art. 3º Em consonância com o art. 4º do Decreto nº 7.579, de 2011, o órgão central do SISP elaborará, em conjunto com os órgãos setoriais e seccionais do SISP, a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação - EGTI para a Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal, revisada e publicada anualmente, para servir de subsídio à elaboração dos PDTI pelos órgãos e entidades integrantes do SISP.”

Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

- Decreto nº. 7579.
- Art. 2º O SISP tem por finalidade:
(...)
- VIII - definir a política estratégica de gestão de tecnologia da informação do Poder Executivo federal.

Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

- Decreto nº. 7579. (cont...)
- Art. 3º Integram o SISP:
 - I - como Órgão Central, a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
 - II - como Órgãos Setoriais, representadas por seus titulares, as unidades de administração dos recursos de tecnologia da informação dos Ministérios e dos órgãos da Presidência da República;
 - III - a Comissão de Coordenação, formada pelos representantes dos Órgãos Setoriais, presidida por representante do Órgão Central;
 - IV - como Órgãos Seccionais, representadas por seus titulares, as unidades de administração dos recursos de tecnologia da informação das autarquias e fundações;
 - V - como Órgãos Correlatos, representados pelos seus titulares, as unidades desconcentradas e formalmente constituídas de administração dos recursos de tecnologia da informação nos Órgãos Setoriais e Seccionais.
- Parágrafo único. Poderão colaborar com o SISP, mediante acordos específicos com o Órgão Central, outras entidades do Poder Público e entidades da iniciativa privada interessadas no desenvolvimento de projetos de interesse comum.

Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

IN-04/2010.

- “Art. 2º Para fins desta Instrução Normativa, considera-se:
 - XXII - Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI: instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período.
- ...
- Art. 4º As contratações de que trata esta Instrução Normativa deverão ser precedidas de planejamento, elaborado em harmonia com o PDTI, alinhado ao planejamento estratégico do órgão ou entidade.”

Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

- Acórdão 1.521/2003 – TCU.
 - “Inconcebível que se inicie o processo de informatização sem se proceder ao levantamento prévio de necessidades, que seja realizado em harmonia com o planejamento estratégico da instituição e seu plano diretor de informática.”
- Acórdão 2.094/2004 – TCU.
 - “9.1.1 Todas as aquisições devem ser realizadas em harmonia com o planejamento estratégico da instituição e com o seu plano diretor de informática, quando houver, devendo o projeto básico guardar compatibilidade com essas duas peças, situação que deve estar demonstrada nos autos referentes às aquisições.”

Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

Acórdão 1.970/2006 – TCU.

- “As ações orçamentárias devem ser pautadas por um planejamento prévio do órgão; o planejamento da contratação deve vincular-se ao plano diretor de TI, que, por sua vez, deve vincular-se ao planejamento estratégico da instituição.”

Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

(TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011)

Com respeito à IN SLTI/MP 4/2008 (IN-4) e ao Decreto Distrital n.º 32.218/2010, julgue os itens subsecutivos.

[194] Nos casos em que a IN-4 se aplica, a contratação de serviço de TI poderá ser paralisada ou cancelada se não estiver em harmonia com o plano diretor de TI ou se não se alinhar à estratégia da instituição, inclusive nos casos de contratação não emergencial efetivada com dispensa ou inexigibilidade de licitação ou pelo sistema de registro de preços.

Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

(Banco de Amazônia – Governança de TI – 2010)

[114] Para que o serviço possa ser licitado em conformidade com a IN n.º 4/2008 da SLTI, o órgão licitante deverá desenvolver estratégia geral de TI própria, à qual estão vinculados o plano diretor de TI do órgão bem como a aquisição do serviço.

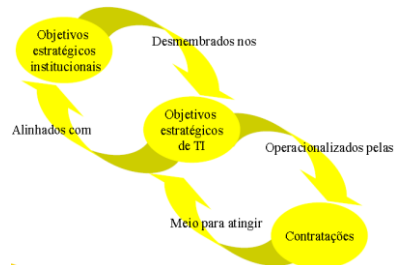
Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

☞Decreto 200

☞Art. 10 A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

☞§7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução."

Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.



Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

(ABIN – Oficial Técnico de Inteligência – Rede de Dados – 2010)

Com referência à contratação de bens e serviços de TI no âmbito da administração pública, julgue os itens de 101 a 105

[102] Segundo o TCU, o problema não é terceirizar e sim terceirizar mal. Uma das deficiências detectadas nesse tipo de procedimento é deixar de avaliar os riscos e não criar mecanismos de controle relativos. Ainda de acordo com o TCU, a estratégia de terceirização é decisiva para uma boa governança de TI.

Tópicos relacionados a Terceirização, Gestão de TI e ao Planejamento de TI.

Referência aos exercícios da lista em ordem crescente.

2, 19, 34, 38, 66, 67.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

- ☞ “Art. 18. É obrigatória a execução da fase de Planejamento da Contratação, independentemente do tipo de contratação
- ☞ I - inexigibilidade;
 - ☞ II - dispensa de licitação ou licitação dispensada;
 - ☞ III - criação ou adesão à Ata de Registro de Preços; e
 - ☞ IV - contratações com uso de verbas de organismos internacionais, como Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, e outros;”

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

(ANAC – Analista Administrativo – Área 4 – 2012)

De acordo com a Instrução Normativa para Contratação de Soluções de TI - SLTI/MP IN 04/2010 e com o Guia Prático para Contratação de Soluções de TI, versão 1.1, julgue os itens seguintes.

- [56] A execução da fase de planejamento da contratação não é obrigatória nos casos de dispensa de licitação ou de licitação dispensada.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

Fases da Contratação de acordo com a IN 04.				
	Planejamento da Contratação	Seleção do Fornecedor	Gerenciamento do contrato	
Planejamento de TI	PEI – Plano estratégico institucional PETI – Plano Estratégico de TI PDTI – Plano Diretor de TI (único obrigatório aos órgãos vinculados à IN 04)			
Segurança da Informação	PSI – Plano de Segurança da Informação PCN – Plano de Continuidade do Negócio			
Responsável				

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

☞ IN-04/2010

- ☞ “Art. 9º A fase de Planejamento da Contratação terá início com o recebimento pela Área de Tecnologia da Informação do **Documento de Oficialização da Demanda**, a cargo da Área Requisitante da Solução, que conterá no mínimo:
- ☞ I – necessidade da contratação, considerando os objetivos estratégicos e as necessidades corporativas da instituição, bem como o seu alinhamento ao PDTI;
 - ☞ II – explicitação da motivação e demonstrativo de resultados a serem alcançados com a contratação da Solução de Tecnologia da Informação;
 - ☞ III – indicação da fonte dos recursos para a contratação; e
 - ☞ IV – indicação do Integrante Requisitante para composição da Equipe de Planejamento da Contratação.”

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

- ☞ Etapas do Planejamento da Contratação (Art. 10):
- ☞ Análise de viabilidade da contratação.
 - ☞ Plano de sustentação.
 - ☞ Estratégia da contratação.
 - ☞ Análise de Riscos.
 - ☞ Termo de Referência ou Projeto Básico.
- ☞ **Parágrafo único.** Os documentos resultantes das etapas elencadas nos incisos I a IV poderão ser consolidados em um único documento, a critério da Equipe de Planejamento da Contratação.

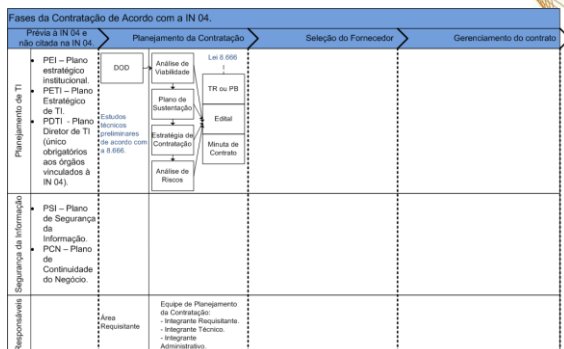
Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

(ABIN – Oficial Técnico de Inteligência – Rede de Dados – 2010)

Com referência à contratação de bens e serviços de TI no âmbito da administração pública, julgue os itens de 101 a 105

- [105] As etapas do planejamento da contratação incluem a análise da viabilidade da contratação, a análise de ambiente e a análise de fornecedor.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória



Planejamento da contratação / Fase Preparatória

(ABIN – Oficial Técnico de Inteligência – Rede de Dados – 2010)

Com referência à contratação de bens e serviços de TI no âmbito da administração pública, julgue os itens de 101 a 105

[101] No planejamento da contratação, devem estar documentadas todas as decisões tomadas pelos gestores, desde a identificação da necessidade da contratação até a definição do objeto destinado a satisfazer essa necessidade.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

(ABIN – Oficial Técnico de Inteligência – Rede de Dados – 2010)

Com referência à contratação de bens e serviços de TI no âmbito da administração pública, julgue os itens de 101 a 105

[103] O benefício da contratação, sempre que possível, deve ser estimado e medido em termos de negócio e não da TI.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

“Art. 11. A Análise de Viabilidade da Contratação será realizada pelos Integrantes Técnico e Requisitante, compreendendo as seguintes tarefas:

- 1 - definição e especificação dos requisitos, conforme os arts. 12 e 13 desta Instrução Normativa, a partir da avaliação do Documento de Oficialização da Demanda e do levantamento de:
 - a) demandas dos potenciais gestores e usuários da Solução de Tecnologia da Informação;
 - b) soluções disponíveis no mercado; e
 - c) análise de projetos similares realizados por outros órgãos ou entidades da Administração Pública; (...)

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

(...) II - identificação das diferentes soluções que atendam aos requisitos, considerando:

- a) a disponibilidade de solução similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública;
- b) as soluções existentes no Portal do Software Público Brasileiro (<http://www.softwarepublico.gov.br>);
- c) a capacidade e alternativas do mercado, inclusive a existência de software livre ou software público;
- d) a observância às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos Padrões de Interoperabilidade de Governo Eletrônico - e-PING e Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico - e-MAG, conforme as Portarias Normativas SLTI nº 5, de 14 de julho de 2005, e nº 3, de 7 de maio de 2007; (...)

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- (...) e) a aderência às regulamentações da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICPBrasil, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, quando houver necessidade de utilização de certificação digital; e
- f) a observância às orientações, premissas e especificações técnicas e funcionais definidas pelo Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos - e- ARQ Brasil, quando o objetivo da solução abranger a gestão de documentos arquivísticos digitais e não digitais, conforme Resolução do CONARQ nº 25, de 27 de abril de 2007;
- g) o orçamento estimado; (...)

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

- ❁ (...) III - análise e comparação entre os custos totais de propriedade das soluções identificadas, levando-se em conta os valores de aquisição dos ativos, insumos, garantia e manutenção;
- ❁ IV - escolha da Solução de Tecnologia da Informação e justificativa da solução escolhida, que contemple, no mínimo:
 - ❁ a) descrição sucinta, precisa, suficiente e clara da Solução de Tecnologia da Informação escolhida, indicando os bens e serviços que a compõem;
 - ❁ b) alinhamento em relação às necessidades de negócio e requisitos tecnológicos; e
 - ❁ c) identificação dos benefícios a serem alcançados com a solução escolhida em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade; (...)

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

- ❁ V - avaliação das necessidades de adequação do ambiente do órgão ou entidade para viabilizar a execução contratual, que servirá de subsídio para o Plano de Inserção, abrangendo no que couber:
 - ❁ a) infraestrutura tecnológica;
 - ❁ b) infraestrutura elétrica;
 - ❁ c) logística;
 - ❁ d) espaço físico;
 - ❁ e) mobiliário; e
 - ❁ f) outras que se apliquem
- ❁ Parágrafo único. A Análise de Viabilidade da Contratação será aprovada e assinada pela Equipe de Planejamento da Contratação.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

(ANP – Analista Administrativo – Área 5 – 2013)

Acerca da IN MPOG/SLTI 02/2008 e da IN MPOG/SLTI 04/2010, julgue os itens que se seguem

[101] De acordo com a IN MPOG/SLTI 04/2010, deve ser feita a análise de viabilidade da contratação, sendo uma das tarefas dessa análise verificar a disponibilidade de solução similar em outro órgão público ou no portal do Software Público Brasileiro.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

- ❁ (Art. 12) Integrante requisitante será responsável pela definição dos requisitos de:
 - ❁ Negócio.
 - ❁ Capacitação.
 - ❁ Legais.
 - ❁ Manutenção.
 - ❁ Temporais.
 - ❁ Segurança.
 - ❁ Sociais, ambientais e culturais.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

- ❁ (Art. 13) Cabe ao Integrante Técnico especificar os requisitos tecnológicos de:
 - ❁ Arquitetura tecnológica.
 - ❁ Projeto e implementação.
 - ❁ Implantação.
 - ❁ Garantia e manutenção.
 - ❁ Capacitação.
 - ❁ Experiência profissional da equipe.
 - ❁ Formação da equipe.
 - ❁ Metodologia de trabalho.
 - ❁ Segurança de informação.
 - ❁ Demais requisitos aplicáveis.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

(ABIN – Oficial Técnico de Inteligência – Rede de Dados – 2010)

Considerando a Instrução Normativa n.º 4/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, julgue os itens a seguir

[106] A análise de viabilidade prevê tarefas de avaliação das necessidades corporativas, segundo os objetivos estratégicos, além da explicitação da motivação para contratação. Também trata da especificação de requisitos e demandas, avaliação de soluções disponíveis, projetos similares e identificação de possíveis soluções, momento em que provedor e cliente devem participar conjuntamente.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ☞ “Art. 14. O Plano de Sustentação será elaborado pelos Integrantes Técnico e Requisitante, contendo no mínimo:
- ☞ I - recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio;
- ☞ II - continuidade do fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação em eventual interrupção contratual;
- ☞ III - atividades de transição contratual e encerramento do contrato, que incluem:
 - ☞ a) a entrega de versões finais dos produtos e da documentação;
 - ☞ b) a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da Solução de Tecnologia da Informação;
 - ☞ c) a devolução de recursos; (...)

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ☞ (...) d) a revogação de perfis de acesso;
- ☞ e) a eliminação de caixas postais;
- ☞ f) outras que se apliquem.
- ☞ IV - estratégia de independência do órgão ou entidade contratante com relação à contratada, que contemplará, pelo menos:
 - ☞ a) forma de transferência de conhecimento tecnológico; e
 - ☞ b) direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos documentos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que tais direitos não vierem a pertencer à Administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo Federal. (...)

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ☞ (...) Parágrafo único. O Plano de Sustentação será aprovado e assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação.”

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

(Banco de Amazônia – Governança de TI – 2010)

[116] Para o planejamento da contratação do serviço de TI, a organização deve proceder à análise de viabilidade da contratação bem como ao desenvolvimento de um plano de sustentação, ao qual se subordina um plano de continuidade dos serviços em decorrência de eventual interrupção contratual.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

(ANAC – Analista Administrativo – Área 4 – 2012)

De acordo com a Instrução Normativa para Contratação de Soluções de TI - SLTI/MP IN 04/2010 e com o Guia Prático para Contratação de Soluções de TI, versão 1.1, julgue os itens seguintes.

[55] A garantia da continuidade do negócio é uma das ações consideradas no plano de sustentação e abrange, em relação à solução de TI contratada, o período de implantação da solução e o período posterior ao encerramento do contrato.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ☞ “Art. 15. A Estratégia da Contratação será elaborada a partir da Análise de Viabilidade da Contratação e do Plano de Sustentação, contendo no mínimo:
- ☞ I - indicação, pelo Integrante Técnico, da Solução de Tecnologia da Informação a ser contratada;
- ☞ II - definição, pelo Integrante Técnico, das responsabilidades da contratada que não poderá se eximir do cumprimento integral do contrato mesmo havendo subcontratação;

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ❁ "III - indicação, pela Equipe de Planejamento da Contratação, dos termos contratuais observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo, sem prejuízo do estabelecido na Lei nº 8.666, de 1993, relativos a:
- ❁ a) fixação de procedimentos e Critérios de Aceitação dos serviços prestados ou bens fornecidos, abrangendo métricas, indicadores e valores mínimos aceitáveis;
- ❁ b) quantificação ou estimativa prévia do volume de serviços demandados ou quantidade de bens a serem fornecidos, para comparação e controle;
- ❁ c) definição de metodologia de avaliação da qualidade e da adequação da Solução de Tecnologia da Informação às especificações funcionais e tecnológicas; (...)

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ❁ d) garantia de inspeções e diligências, quando aplicáveis, e suas formas de exercício;
- ❁ e) forma de pagamento, que será efetuado em função dos resultados obtidos;
- ❁ f) cronograma de execução física e financeira;
- ❁ g) definição de mecanismos formais de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre a contratada e a Administração; e (...)

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ❁ (...) h) definição clara e detalhada das sanções administrativas, de acordo com os arts. 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666, de 1993, juntamente com o art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, observando:
- ❁ 1. vinculação aos termos contratuais;
- ❁ 2. proporcionalidade das sanções previstas ao grau do prejuízo causado pelo descumprimento das respectivas obrigações;
- ❁ 3. as situações em que advertências ou multas serão aplicadas, com seus percentuais correspondentes, que obedecerão uma escala gradual para as sanções recorrentes;

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ❁ (...) 4. as situações em que o contrato será rescindido por parte da Administração devido ao não atendimento de termos contratuais, da recorrência de aplicação de multas ou outros motivos;
- ❁ 5. as situações em que a contratada terá suspensa a participação em licitações e impedimento para contratar com a Administração; e
- ❁ 6. as situações em que a contratada será declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração, conforme previsto em Lei;

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ❁ IV - elaboração, pelos Integrantes Administrativo e Técnico, do orçamento detalhado em preços unitários...
- ❁ V - elaboração, pelo Integrante Requisitante, da estimativa do impacto econômico-financeiro no orçamento do órgão ou entidade, com indicação das fontes de recurso;
- ❁ VI - elaboração, pela Equipe de Planejamento da Contratação, dos seguintes modelos de documentos:
 - ❁ Termo de compromisso...
 - ❁ Termo de ciência da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança...

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ❁ VII - definição, pelo Integrante Técnico, dos critérios técnicos de julgamento das propostas...
- ❁ a)...critérios correntes no mercado.
- ❁ b) A análise de viabilidade da contratação.
- ❁ c)...considerar mais de um atestado relativo ao mesmo quesito de capacidade técnica.
- ❁ d) A vedação da indicação de entidade certificadora...
- ❁ e) A vedação de pontuação com base em atestados relativos à duração de trabalhos.
- ❁ f) A vedação de pontuação progressiva de mais de um atestado para o mesmo quesito de capacidade técnica.
- ❁ g) A justificativa dos critérios de pontuação.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- Algumas vedações (Arts. 7 e 15):
 - Vínculo de subordinação.
 - Previsão de remuneração.
 - Indicação de pessoal.
 - Demandar tarefas que não dizem respeito ao objeto da contratação.
 - Reembolsar custo operacional.
 - Medidas que acarretem a intervenção indevida da Administração.
 - Formação específica da equipe antes da efetivação da contratação.
 - Indicação de entidade certificadora.
 - Pontuação com base em atestados relativos à duração de trabalhos e pontuação progressiva de mais de um atestado para o mesmo quesito. (...)

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- (...)
 - Homem-hora.
 - Contratação por postos de trabalho.
 - Critérios de pontuação técnica que não tenham relação com os requisitos de TI quando das licitações do tipo técnica e preço ou mesmo sem justificativa.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

(ANAC – Analista Administrativo – Área 4 – 2012)

[57] De acordo com a IN 04/2010, mesmo sendo vedado exigir certificações dos empregados dos fornecedores de solução, é correto definir como critério para a habilitação da contratação a certificação da própria empresa em uma ferramenta de governança de TI, sem necessidade de justificativa específica.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

(ISJN – ES – Informática e Gestão da Informação – 2010)

Acerca de normas específicas aplicáveis à contratação de bens e serviços de TI, julgue os itens a seguir.

[119] Segundo a Instrução Normativa n.º 4 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regras para aplicação de multas e demais sanções administrativas, quando da contratação de serviços de TI, devem estar presentes na estratégia de contratação, elaborada antes da análise de riscos da contratação e após a elaboração do plano de sustentação.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- IN-04, Art 15 (...)
 - § 2º A aferição de esforço por meio da métrica homens-hora apenas poderá ser utilizada mediante justificativa e sempre vinculada à entrega de produtos de acordo com prazos e qualidade previamente definidos.
 - § 3º É vedado contratar por postos de trabalho alocados, salvo os casos justificados mediante a comprovação obrigatória de resultados compatíveis com o posto previamente definido.
 - § 4º Nas licitações do tipo técnica e preço, é vedado:
 - I - incluir critérios de pontuação técnica que não estejam diretamente relacionados com os requisitos da Solução de Tecnologia da Informação a ser contratada ou que frustrem o caráter competitivo do certame; e
 - II - fixar os fatores de ponderação das propostas técnicas e de preço sem justificativa.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

(ANAC – Analista Administrativo – Área 5 – 2012)

Com base na Instrução Normativa para Contratação de Soluções de TI n.º 4/2010, julgue os itens que se seguem.

[55] Na entrega de produtos com prazo e qualidade previamente definidos, deve-se realizar a aferição de esforço por meio da métrica homens-hora.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

(TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011)

Com respeito à IN SLTI/MP 4/2008 (IN-4) e ao Decreto Distrital n.º 32.218/2010, julgue os itens subsecutivos.

[196] Segundo a IN-4, a contratação de serviço com remuneração paga segundo a métrica homem-hora deverá ser evitada a todo custo, mas poderá ser excepcionalmente usada nos casos em que não seja possível definir com precisão o prazo para a entrega dos produtos objetos do contrato.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

(TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011)

Com respeito à IN SLTI/MP 4/2008 (IN-4) e ao Decreto Distrital n.º 32.218/2010, julgue os itens subsecutivos.

[193] Nos casos em que não seja possível demonstrar os resultados da prestação de serviço, de acordo com a IN-4, será possível a contratação por postos de trabalho alocados.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

☛ Termo de Referência ou Projeto Básico:

- ☛ Deverá ser elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação.
- ☛ Obrigatoriedade de existência de projeto básico aprovado para licitação dos serviços. (Art. 7º, Lei 8.666 e Decreto 7.174, Art 2º).
- ☛ Preciso, suficiente e claro.
- ☛ Vínculos e justificativas de aquisição alinhados à contratação e planejamento.
- ☛ Seu início será datado do momento que a área de TI recebe o Documento de Oficialização da Demanda.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

☛ IN – 02.

- ☛ “Art. 15. O Projeto Básico ou Termo de Referência deverá conter:
 - ☛ I - a justificativa da necessidade da contratação, dispondo, dentre outros, sobre:
 - ☛ a) motivação da contratação;
 - ☛ b) benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação;
 - ☛ c) conexão entre a contratação e o planejamento existente;
 - ☛ d) agrupamento de itens em lotes;
 - ☛ e) critérios ambientais adotados, se houver;
 - ☛ f) natureza do serviço, se continuado ou não;
 - ☛ g) inexigibilidade ou dispensa de licitação, se for o caso; e
 - ☛ h) referências a estudos preliminares, se houver. ”

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

☛ IN 04.

- ☛ “Art. 17. O Termo de Referência ou Projeto Básico será elaborado a partir da Análise de Viabilidade da Contratação, do Plano de Sustentação, da Estratégia da Contratação e da Análise de Riscos.
- ☛ § 1º O Termo de Referência ou Projeto Básico será elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação e conterá, no mínimo, as seguintes informações:
 - ☛ I - definição do objeto, conforme art. 11, inciso IV, alínea “a”; (...)

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

- ☛ (...) II - fundamentação da contratação, conforme art. 9º, incisos I e II e art. 11, inciso IV;
- ☛ III - descrição da Solução de Tecnologia de Informação, conforme art. 15, inciso I;
- ☛ IV - requisitos da solução, conforme art. 11, inciso I;
- ☛ V - modelo de prestação de serviços ou de fornecimento de bens, conforme art. 13, inciso VIII;
- ☛ VI - elementos para gestão do contrato, conforme art. 15, inciso III, arts. 25 e 26;
- ☛ VII - estimativa de preços, conforme art. 15, inciso IV;

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

- ❁ (...) VIII - adequação orçamentária, conforme art. 15, inciso V;
- ❁ IX - definições dos critérios de sanções, conforme art. 15, inciso III, alínea "h"; e
- ❁ X - critérios de seleção do fornecedor, conforme art. 15, inciso VII." (...)

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

- ❁ Lei 8666, Art. 38(...)
- ❁ O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:
- ❁ Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinados e aprovados por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

(ABIN – Oficial Técnico de Inteligência – Rede de Dados – 2010)

Considerando a Instrução Normativa n.º 4/2008, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, julgue os itens a seguir

[109] Apesar de não ser obrigatório, o projeto básico ou termo de referência é um anexo do edital da licitação que traz informações específicas do projeto, com requisitos e especificações detalhadas para não deixar dúvidas aos concorrentes.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

(TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011)

Acerca da fiscalização das contratações de TI para o setor público, julgue os itens de 187 a 192 à luz da Lei n.º 8.666/1993.

[187] Nas instituições públicas, a ausência de aprovação formal do projeto básico (ou do termo de referência) pela autoridade competente e também pela assessoria jurídica deverá ser considerada uma não conformidade legal.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

(ANAC – Analista Administrativo – Área 5 – 2012)

Com base na Instrução Normativa para Contratação de Soluções de TI n.º 4/2010, julgue os itens que se seguem.

[56] O termo de referência, também denominado projeto básico, deve ser elaborado pelo gestor do contrato, com o apoio do requisitante do serviço e da área de TI, a partir da estratégia de contratação, e conter diversas informações, tais como a definição do objeto, a fundamentação da contratação, a estimativa de preços e a adequação orçamentária.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

- ❁ IN 04 – Art. 17 (...)
- ❁ § 2º A Equipe de Planejamento da Contratação avaliará a viabilidade de parcelamento da Solução de Tecnologia da Informação a ser contratada, em tantos itens quanto sejam tecnicamente possíveis e suficientes.
- ❁ § 3º A Equipe de Planejamento da Contratação avaliará, ainda, a necessidade de licitações e contratações separadas para os itens que, devido a sua natureza, possam ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala, conforme disposto no art. 23, § 1º. da Lei nº 8.666/93.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

- § 4º O Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e aprovado pelas autoridades competentes.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

- Lei 8666, Art. 23 (...)
- § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
- § 2º Na execução de obras e serviços e nas compras de bens, parceladas nos termos do parágrafo anterior, a cada etapa ou conjunto de etapas da obra, serviço ou compra, há de corresponder licitação distinta, preservada a modalidade pertinente para a execução do objeto em licitação. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

(ANAC – Analista Administrativo – Área 4 – 2012)

[58] Uma solução de TI não pode ser dividida em contratações separadas.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

(Banco de Amazônia – Governança de TI – 2010)

Considerando a contratação, por organização pública, de serviço de TI, julgue os itens, com base no que dispõem a Lei n.º 8.666/1993, a legislação complementar e a jurisprudência do TCU, combinada com a IN n.º 4/2008 do MPOG.

[113] Caso sejam identificadas características técnicas que permitam a contratação parcelada de serviços de natureza específica, que podem ser executados por pessoas ou empresas de especialidade diferente da que apresenta o executor do serviço principal, então é obrigatória a realização de um único certame licitatório cuja modalidade seja correspondente à soma dos valores de todas as parcelas do serviço de TI, sob pena de ilicitude por fracionamento de despesa.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

IN 02 – Anexo I.

- “XXII - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO - ANS, para os fins desta Instrução Normativa, é um ajuste escrito, anexo ao contrato, entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento;”

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

(TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011)

À luz da legislação pertinente a contratações de TI pela administração pública, julgue os itens que se seguem.

[198] Não há base legal para a exigência de atendimento de nível de serviço (qualidade e desempenho) em contratos públicos de TI, mas apenas boas práticas — como, por exemplo, o ITIL —, que foram incorporadas à IN-4.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ❁ “As hipóteses de **dispensabilidade** do Art. 24 constituem rol taxativo, isto é, a Administração somente poderá dispensar-se de realizar a competição se ocorrer uma das situações previstas na lei federal. Lei estadual, municipal ou distrital, bem assim regulamento interno da entidade vinculada não poderá criar hipótese de dispensabilidade”. (Jesse Torres Pereira Júnior)

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ❁ Casos de dispensa de licitação (Lei 8.666, Art. 24)
 - ❁ guerra ou grave perturbação da ordem
 - ❁ emergência ou de calamidade pública
 - ❁ quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração
 - ❁ quando a União tiver que intervir no domínio econômico
 - ❁ quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional
 - ❁ aquisição de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública.(...)

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ❁ (...) compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades pecúpuas da administração.
- ❁ aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
- ❁ aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica.
- ❁ aquisição de bens e insumos destinados exclusivamente à pesquisa científica e tecnológica com recursos concedidos pela Capes, pela Finep, pelo CNPq.
- ❁ Contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica – ICT.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ❁ Art. 1º As contratações de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP serão disciplinadas por esta Instrução Normativa. (Redação dada pela Instrução Normativa Nº 2, de 14 de fevereiro de 2012)
- ❁ Parágrafo único. O disposto nesta Instrução Normativa não se aplica:
 - ❁ I - às contratações em que a contratada for órgão ou entidade, nos termos do art. 24, inciso VIII da Lei nº 8.666, de 1993, ou Empresa Pública, nos termos do art. 2º da Lei nº 5.615, de 13 de outubro de 1970, modificado pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010; e
 - ❁ II - às contratações cuja estimativa de preços seja inferior ao disposto no art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666, de 1993.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ❁ **Inexigibilidade:** Diferencia-se da Dispensa de Licitação devido ao fato desta ocorrer somente quando não se é possível a realização da competição.
- ❁ Quando um dos participantes ou prováveis participantes tiverem qualidades que o tornará único, exclusivo (the one).

Planejamento da contratação / Fase Preparatória

- ❁ I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;
- ❁ II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

- III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- § 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
- § 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

(Banco de Amazônia – Governança de TI – 2010)

Considerando a contratação, por organização pública, de serviço de TI, julgue os itens, com base no que dispõem a Lei n.º 8.666/1993, a legislação complementar e a jurisprudência do TCU, combinada com a IN n.º 4/2008 do MPOG.

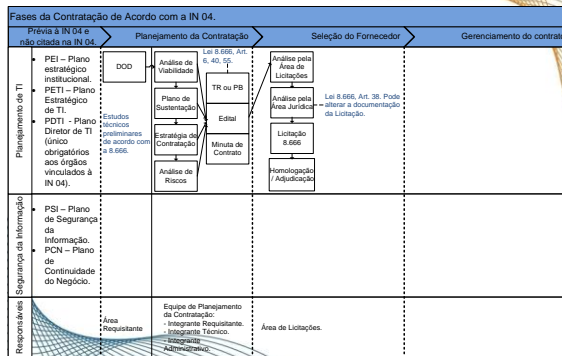
[120] Uma empresa de natureza pública criada especificamente para a prestação de serviços de TI pode ser contratada sem licitação.

Planejamento da contratação / Fase Preparatória.

Referência aos exercícios da lista em ordem crescente.

1, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 18, 21, 23, 36, 37, 39, 41, 42, 45, 57, 65, 68, 72.

Seleção do fornecedor / Fase Externa.



Seleção do fornecedor / Fase Externa.

- IN 02
- Art. 4º A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando, pela sua natureza, o serviço a ser contratado evidenciar:
- I - a possibilidade de ser executado com autonomia pelos cooperados, de modo a não demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados, nem entre a Administração e os cooperados; e
- II - a possibilidade de gestão operacional do serviço for compartilhada ou em rodízio, onde as atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e a de preposto, conforme determina o art. 68 da Lei nº 8.666, de 1993, sejam realizadas pelos cooperados de forma alternada, em que todos venham a assumir tal atribuição.
- Parágrafo único. Quando admitida a participação de cooperativas, estas deverão apresentar um modelo de gestão operacional adequado ao estabelecido neste artigo, sob pena de desclassificação.

Seleção do fornecedor / Fase Externa.

(ANP – Analista Administrativo – Área 5 – 2013)

Acerca da IN MPOG/SLTI 02/2008 e da IN MPOG/SLTI 04/2010, julgue os itens que se seguem

[104] A IN MPOG/SLTI 02/2008 veda a contratação de sociedades cooperativas em todos os tipos de concorrências.

Seleção do fornecedor / Fase Externa.

Lei 8666

- Art. 111. A Administração só poderá contratar, pagar, premiar ou receber projeto ou serviço técnico especializado desde que o autor ceda os direitos patrimoniais a ele relativos e a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no regulamento de concurso ou no ajuste para sua elaboração.
- Parágrafo único. Quando o projeto referir-se a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos incluirá o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

Seleção do fornecedor / Fase Externa.

(TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011)

À luz da legislação pertinente a contratações de TI pela administração pública, julgue os itens que se seguem.

[199] Quanto à segurança da informação, a Lei de Licitações exige a cessão dos direitos patrimoniais do contratado sobre projetos ou serviços técnicos especializados contratados, inclusive como condição para pagamento.

Seleção do fornecedor / Fase Externa.

(ABIN – Oficial Técnico de Inteligência – Rede de Dados – 2010)

[110] Exigir atestados de capacidade técnica em relação a itens não significativos para a obra ou serviço como um todo, de forma a evitar restrições ao caráter competitivo da licitação, é solicitação indevida na seleção de fornecedores.

Seleção do fornecedor / Fase Externa.

Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

- Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (...)
- Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:
 - I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;
 - II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;
 - III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou
 - IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Seleção do fornecedor / Fase Externa.

Decreto 3.931.

- Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- Art. 3º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência ou de pregão, do tipo menor preço, nos termos das Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado. (Redação dada pelo Decreto nº 4.342, de 23.8.2002)
- § 1º Excepcionalmente poderá ser adotado, na modalidade de concorrência, o tipo técnica e preço, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho devidamente fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade. (Redação dada pelo Decreto nº 4.342, de 23.8.2002)

Seleção do fornecedor / Fase Externa.

Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

- Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.
- § 1º O julgamento por técnica e preço poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gerenciador e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.
- § 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Seleção do fornecedor / Fase Externa.

(Banco de Amazônia – Governança de TI – 2010)

Considerando a contratação, por organização pública, de serviço de TI, julgue os itens, com base no que dispõem a Lei n.º 8.666/1993, a legislação complementar e a jurisprudência do TCU, combinada com a IN n.º 4/2008 do MPOG.

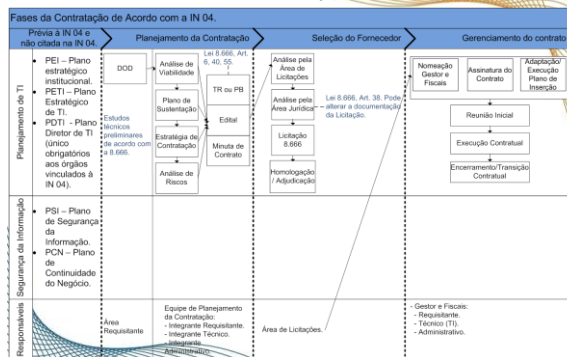
[119] Considere que, na contratação do serviço de TI, haja a necessidade de contratações frequentes e sejam identificadas dificuldades na definição prévia do quantitativo do serviço a ser efetivamente prestado. Nessa situação, pode-se adotar o sistema de registro de preços para o serviço de TI, o que torna obrigatória a utilização da modalidade concorrência e menor preço.

Seleção do fornecedor / Fase Externa.

Referência aos exercícios da lista em ordem crescente.

4, 24, 46, 62, 71.

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização.



Gerenciamento do Contrato / Fiscalização.

Atores:

- Autoridade Competente (Lei nº 8.666)
- **Preposto (Lei nº 8.666)**
- **Fiscal/Gestor (Lei nº 8.666, Decreto nº 2271/1997, IN-02 e IN-04).**
- Equipe de Fiscalização (IN-04/2010)
 - Gestor do Contrato/Fiscal do Contrato.
 - Fiscal Técnico do Contrato.
 - Fiscal Requisitante do Contrato.
 - Fiscal Administrativo do Contrato.
- Responsável pelo Recebimento Definitivo (Lei nº 8.666).
- Responsável pelo Pagamento (Lei nº 8.666).

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização. Início do Contrato.

- Elaboração ou execução, por parte do Gestor do Contrato e Fiscais, de um plano de inserção da contratante baseado na análise de viabilidade da contratação e no plano de sustentação que contemple:
 - O repasse à contratada de conhecimentos necessários para a execução dos serviços ou fornecimento de bens.
 - A disponibilização de infraestrutura à contratada, quando couber. (Art.11 e 14).

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização. Início do Contrato.

Realização de duas reuniões:

- Reunião inicial entre o Gestor do Contrato, Fiscais, a contratada e demais intervenientes, cuja pauta observará, pelo menos:
 - Presença do representante legal da contratada, que apresentará o preposto da mesma.
 - Entrega, por parte da contratada, do termo de compromisso e do termo de ciência (Art.15, inciso VI).
 - Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gerenciamento do contrato.

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização. Início do Contrato.

- ⌚ Realização de duas reuniões (cont.):
 - ⌚ Reunião de alinhamento de expectativas:
 - ⌚ Checagem de compreensão do objetivo, do modelo de prestação de serviços, do modelo de gestão, das obrigações e das penalidades.
 - ⌚ Releitura do Edital, Contrato e termos da proposta vencedora para esclarecimento de dúvidas.
 - ⌚ Manutenção das condições habilitatórias e técnicas.
 - ⌚ Confirmação de cronogramas.

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização.

- ⌚ Gestor do Contrato é o responsável pelo encaminhamento da OS.
- ⌚ IN 04 – Art.25. (...)
 - ⌚ *II - encaminhamento formal de Ordens de Serviço ou de Fornecimento de Bens pelo Gestor do Contrato ao preposto da contratada, que conterão no mínimo:*
 - ⌚ *a) a definição e a especificação dos serviços a serem realizados ou bens a serem fornecidos;*
 - ⌚ *b) o volume de serviços a serem realizados ou a quantidade de bens a serem fornecidos segundo as métricas definidas em contrato;*
 - ⌚ *c) o cronograma de realização dos serviços ou entrega dos bens, incluídas todas as tarefas significativas e seus respectivos prazos; e*
 - ⌚ *d) a identificação dos responsáveis pela solicitação na Área Requisitante da Solução.*

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização.

- ⌚ Fiscal do Contrato:
 - ⌚ Tem papel de acompanhar e fiscalizar o contrato (Lei 8.666).
 - ⌚ representante da administração pública, não podendo ser terceirizado, mas em contrapartida, abre-se a brecha para que as pessoas que o apoiam sejam terceirizadas.

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização.

- ⌚ Fiscal do Contrato (cont.):
 - ⌚ Lei 8.666.
 - ⌚ *"Art.67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. (...)"*

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização.

- ⌚ Preposto:
 - ⌚ Citado na Lei 8.666, Art. 68.
 - ⌚ *"O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato."*
 - ⌚ Tem o objetivo de centralizar e trazer maior controle ao contrato, ele se torna então a única pessoa autorizada a receber formalmente as demandas encaminhadas.

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização.

(Banco de Amazônia – Governança de TI – 2010)

Considerando a contratação, por organização pública, de serviço de TI, julgue os itens, com base no que dispõem a Lei n.º 8.666/1993, a legislação complementar e a jurisprudência do TCU, combinada com a IN n.º 4/2008 do MPOG.

[117] Para a contratação do serviço de TI, é obrigatória a designação de um gestor do contrato, que tem, entre outras, a responsabilidade de proceder à análise de riscos. Esta análise abrange os procedimentos de identificação dos riscos; caracterização das chances ou possibilidades de ocorrência dos riscos; descrição de ações para tratamento dos riscos; definição de responsáveis por desempenhar ações para tratamento dos riscos.

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização.

(TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011)

[191] A lei autoriza a contratação de terceiros para auxiliar na fiscalização de contratos da administração pública.

Com respeito à IN SLTI/MP 4/2008 (IN-4) e ao Decreto Distrital [195] Nos autos da contratação, independentemente da instituição pública contratante, a ausência dos artefatos exigidos pela IN-4 será considerada uma não conformidade.

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização.

(TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011)

Acerca da fiscalização das contratações de TI para o setor público, julgue os itens de 187 a 192 à luz da Lei n.º 8.666/1993.

[188] No contexto de determinado contrato específico, segundo a legislação, a não indicação formal do preposto do contratado representa uma não conformidade.

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização.

IN 02

Art. 19. Os instrumentos convocatórios devem conter o disposto no art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, indicando ainda, quando couber (...)

X - a forma como será contada a periodicidade para a concessão da primeira repactuação, nas contratações de serviços continuados, conforme definido no artigo 30 desta Instrução Normativa, evidenciando que eventuais repactuações subsequentes deverão observar o interregno mínimo de um ano, contado a partir da última repactuação contratual ocorrida;

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização.

(ANP – Analista Administrativo – Área 5 – 2013)

Acerca da IN MPOG/SLTI 02/2008 e da IN MPOG/SLTI 04/2010, julgue os itens que se seguem

[103] A IN MPOG/SLTI 02/2008 admite repactuação contratual para contratos com vigência de no mínimo seis meses ou superior.

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização.

Lei 8666

Art. 73. Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I - em se tratando de obras e serviços:

a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante **termo circunstanciado**, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante **termo circunstanciado**, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei;

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização.

(TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011)

Acerca da fiscalização das contratações de TI para o setor público, julgue os itens de 187 a 192 à luz da Lei n.º 8.666/1993.

[189] De acordo com a lei, deve-se exigir o atesto do fiscal do contrato no verso da nota fiscal referente aos serviços prestados pelo contratado; esse é o ato que comprova o recebimento definitivo dos serviços em nome do contratante.

Gerenciamento do Contrato / Fiscalização.

Referência aos exercícios da lista em ordem crescente.

3, 13, 14, 16, 20, 69.

Registro e notificação de irregularidades.

Fiscal do Contrato (cont.):

Lei 8.666.

“Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.”

Registro e notificação de irregularidades.

(TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011)

Acerca da fiscalização das contratações de TI para o setor público, julgue os itens de 187 a 192 à luz da Lei n.º 8.666/1993.

15 [190] O fiscal do contrato deverá anotar todas as ocorrências observadas relacionadas à execução do contrato, determinando ao preposto a regularização daquelas que forem ocorrências de falta ou de defeito.

Registro e notificação de irregularidades.

Referência aos exercícios da lista em ordem crescente.

15.

Penalidades e sanções administrativas.

Lei nº 8.666/1993:

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento. (...)

Penalidades e sanções administrativas.

Lei nº 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

§ 1º A multa a que alude este artigo não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas nesta Lei.

§ 2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.

§ 3º Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Penalidades e sanções administrativas.

Lei nº 8.666/1993:

- Art. 87. *Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:*
 - I - advertência;
 - II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
 - III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Penalidades e sanções administrativas.

(ANAC – Analista Administrativo – Área 5 – 2012)

[57] O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. Se o valor dessa multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, o contrato deverá ser encerrado/cancelado.

Penalidades e sanções administrativas.

(TCDF – Auditor de Controle Externo – 2011)

[197] Qualquer inexecução, total ou parcial, do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, segundo a Lei de Licitações.

Penalidades e sanções administrativas.

Referência aos exercícios da lista em ordem crescente.

11, 22.

E por hoje é só pessoal.



ITnerante

professor.gabrielapacheco@gmail.com
twitter.com/tparaconcursos
www.itnerante.com.br
http://www.itnerante.com.br/group/contratos-o-auditoria-de-di
www.provasolfei.com.br
www.facebook.com/groups/tparaconcursos/